

Proclamação do Governador Magalhães Pinto em 31 de março de 1964

“Brasileiros

Foram inúteis todas as advertências que temos feito ao País contra a radicalização de posições e de atitudes, contra a diluição do princípio federativo, pelas reformas estruturais, dentro dos quadros de regime democrático. Finalmente, quando a crise nacional ia assumindo características cada vez mais dramáticas, inútil foi, também, nosso apelo ao Governo da União para que se mantivesse fiel à legalidade constitucional.

Tivemos, sem dúvida, o apoio de forças representativas, todas empenhadas em manifestar o sentimento do povo brasileiro, ansioso de paz e de ordem para o trabalho. Único ambiente propício à realização das reformas profundas que se impõem, que a Nação deseja, mas que não se justificam, de forma alguma, com o sacrifício da liberdade e do regime.

O Presidente da República, como notoriamente o demonstram os acontecimentos recentes e sua própria palavra, preferiu outro caminho: o de submeter-se à indisciplina nas Forças Armadas e o de postular e - quem sabe? - tentar realizar seus propósitos reformistas com o sacrifício da normalidade institucional, e acolhendo planos subversivos que só interessam à minoria desejosa de sujeitar o povo a um sistema de tirania que ele repele. Ante o malogro dos que, ao nosso lado, vinham proclamando a necessidade de reformas fundamentais, dentro da estrutura do regime democrático, as for-

ças sediadas em Minas, responsáveis pela segurança das instituições, feridas no que mais lhes importa e importa ao País - isto é, a fidelidade aos princípios de hierarquia garantidores da normalidade institucional e da paz pública -, consideraram de seu dever entrar em ação, a fim de assegurar a legalidade ameaçada pelo próprio Presidente da República. Move-se a consciência de seus sagrados compromissos para com a Pátria e para com a sobrevivência do regime democrático. Seu objetivo supremo é o de garantir às gerações futuras a herança do patrimônio de liberdade política e de fidelidade cristã que recebemos de nossos maiores e que não podemos ver perdida em nossas mãos.

A coerência impõe-nos solidariedade a essa ação patriótica. Ao nosso lado estão todos os mineiros, sem distinção de classes e de condições, pois não pode haver divergência quando em causa o interesse vital da Nação brasileira. É ela que reclama, nesta hora, a união do povo, cujo apoio, quanto mais decidido e sem discrepâncias, mais depressa permitirá o êxito dos nossos propósitos de manutenção da lei e da ordem. Que o povo mineiro, com as forças vivas da Nação, tome a seu cargo transpor esse momento histórico. Só assim poderemos atender aos anseios nacionais de reforma cristã e democrática. Esse é o fruto que nos há de trazer a legalidade, por cuja plena restauração estamos em luta e que somente ela poderá conseguir.”



Um conflito interminável

*Manuel Cambeses Júnior**

Há dias conversando amenidades com um amigo, durante um encontro casual no Clube de Aeronáutica, entre vários assuntos, abordamos a questão da Palestina. Para o meu interlocutor, a posição de Israel em relação à Palestina era incompreensível em face da origem bíblica de “Povo Eleito”. E questionava: como um povo tão especial aos olhos de Deus pode praticar tantas atrocidades contra os seus irmãos palestinos, sobretudo depois de ter sido vítima do Holocausto? A perplexidade do companheiro justifica-se. Custa ver povos afins, como o são o judeu e o árabe, enfrentando-se em terrível carnificina. Na oportunidade, tentamos explicar o fato calcados na História. Concluímos que os israelenses de hoje pouco têm a ver com o “Povo de Deus”, da época de Abraão e de Moisés, ainda que naquele tempo também tenham sido pouco amistosos com os povos autóctones.

Os hebreus quando se estabeleceram na “Terra Prometida” não encontraram uma re-

gião desabitada. Ali já viviam outros povos de raiz semita como eles, os cananeus, desdobrados em várias tribos, e um de origem indo-européia, os filisteus. O topônimo Palestina é, aliás, uma corruptela de Filistina, que quer dizer “Terra dos Filisteus”, onde fundaram várias cidades-estado, entre as quais Gaza. Esta corresponde hoje a uma estreita faixa a sul do Estado de Israel, onde se alberga e sobrevive cerca de um milhão de palestinos. A ocupação do território “prometido” nem sempre foi pacífica, e, depois do Êxodo, as guerras foram frequentes contra os povos locais, com o extermínio, inclusive, de alguns deles. Claro que, na ótica dos israelenses de ontem e de hoje, a “Terra Prometida” representa uma promessa divina, outorgada aos patriarcas Abraão e Moisés, pelo que têm o direito de a ocupar, custe o que custar. Os homens buscam sempre boas razões para justificar atos ignóbeis, e nisto os judeus não são diferentes dos demais. Quando finalmente foi possível, sob as lideranças de David e

* O autor é Coronel-Aviador da Reserva da Força Aérea; Conferencista Especial para Assuntos Internacionais e Membro do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra.

de Salomão, estabelecer um verdadeiro Estado-Nação, este não durou mais do que um século. Logo depois, Israel dividiu-se em dois reinos: um ao Norte, com o mesmo nome, e outro ao Sul, Judá. Depois, ambos foram se definindo mercê das inúmeras lutas internas pelo Poder e do desgaste do próprio Judaísmo que tanto os unia como separava; males, afinal, sempre temidos pelos profetas. O domínio sucessivo da região por grandes impérios: o assírio e o babilônico, que obrigou os hebreus à sua primeira grande deportação, e, finalmente, o romano, que inviabilizou de vez a existência de um Reino Hebraico permanente conforme a tradição bíblica. Com a última diáspora, ocorrida durante século I, na seqüência de uma insurreição armada, conduzida pelos zelotas contra os romanos, os judeus sobreviventes foram expulsos de Jerusalém e migraram para diversos rincões do mundo. Os árabes vieram depois e lá se mantêm, mais do que todos os outros, há cerca de 12 séculos.

A vida dos judeus da diáspora, particularmente na Europa, não tem sido fácil, pelo menos até a Segunda Guerra Mundial, os quais tiveram no Holocausto a mais difícil prova de sobrevivência. O sofrimento a que têm estado sujeitos deve-se, fundamentalmente, a dois fatores: ao seu arraigado sentido cultural, fundado na presunção de que são o “Povo Escolhido de Deus”, e ao estigma da usura que sempre os acompanhou ao longo da História, constituindo uma bandeira étnica que não se esforçam por rejeitar.

Veja-se o episódio dos “Vendilhões do Templo” que suscitou no tolerante Cristo uma reação violenta. Tais fatores os tornaram, em muitas situações, odiados aos olhos dos povos que facilmente foram mobilizados para

campanhas anti-semitas por políticos insanos, como o fez, por exemplo, Adolfo Hitler. Há, entretanto, outros tipos de verdugos, onde se incluem alguns dos seus próprios líderes, que do seu sofrimento se têm servido para justificar e atingir objetivos políticos e econômicos no interesse de terceiros. Os EUA são, atualmente, a esse respeito, um paradigma. A estratégia estadunidense para o Oriente Médio tem no Estado de Israel um parceiro privilegiado, não hesitando em fornecer-lhe os meios militares e financeiros que o torna o exército mais bem equipado da região. Por outro lado, a Comunidade Judaica Americana que constitui um forte *lobby* financeiro e industrial naquele país manobra para que a Casa Branca tenha um papel instrumental na consecução dos objetivos mais secretos do Sionismo. Há como que uma simbiose: Israel garante uma posição geoestratégica no Médio Oriente aos norte-americanos, e estes, indiretamente, contribuem para os propósitos hegemônicos dos sionistas radicais. Interessante destacar que esta aliança também foi tentada anos antes com os ingleses.

O Sionismo, criado no final do século XIX, por Theodor Herzl, um judeu austríaco, é uma doutrina laica, nacionalista e racista que pretende não apenas o controle territorial da Palestina. Os “Protocolos de Sião”, que os sionistas negam ser os signatários, seguem nesse sentido. Os fatos posteriores à sua publicação o comprovam.

A criação de um Estado Judaico, na Palestina, por exemplo, é apenas uma plataforma para vãos mais altos. Os sionistas mais moderados querem um estado espraiado sobre os antigos territórios ocupados pelas 12 tribos de Israel, e isso lhes basta. Porém, para

os mais radicais, deverá ir do Eufrates ao Nilo, incluindo a Transjordânia. Certamente, é uma ocupação que ultrapassa em muito a resolução da ONU de 1947.

Inicialmente, os líderes sionistas previam a compra das terras aos árabes, tanto que uma das resoluções finais do Congresso da Basileia foi a criação de um banco com esse fim. Contudo, a ocupação passou a ocorrer de forma violenta, com a expulsão de muitas famílias palestinas, o que originou uma imediata reação por parte dos palestinos, com greves e depredações de propriedades de judeus imigrantes. O Reino Unido, que tinha um mandato da Liga das Nações para controlar a região, contribuiu de forma irresponsável para o recrudescimento desse conflito. Ao permitir a imigração em massa de judeus europeus para a Palestina, deveria saber que, mais cedo ou mais tarde, a guerra entre judeus e árabes estaria na ordem do dia e assim foi o que realmente veio a ocorrer. Veja-se, por exemplo, a Declaração de Balfour, onde o ministro inglês dos Negócios Estrangeiros dirigiu uma carta aos líderes sionistas manifestando o apoio do seu país à criação de um Estado Judeu na Palestina, embora ressaltasse a necessidade de se respeitar os direitos dos autóctones. Porém, os palestinos nunca foram respeitados, nem sequer do ponto de vista cultural. Aos ingleses da época interessava, sobretudo, garantir um corredor na Palestina para o escoamento do petróleo do Iraque, já então considerado um produto estratégico para o Ocidente. A presença maciça de judeus europeus na região, pela sua ligação cultural e política à Europa, assegurava a perfeição de tal objetivo.

Durante o período que precedeu a criação do Estado de Israel, o Sionismo criou uma

organização terrorista, o Haganah, que levou a cabo vários atentados, quer contra os ingleses, quer contra os árabes. Figuras como Menahem Begin, que foi Primeiro-Ministro do novel Estado judeu, e Ariel Sharon, que atualmente exerce o mesmo cargo, foram militantes ativos dessa organização que tanta violência provocou entre a população civil árabe. Cometeram atos que agora tanto se condena do lado dos árabes fundamentalistas. Naturalmente não apoiamos atos desta natureza, mas convenhamos: como faríamos se tomassem as nossas propriedades e nos expulsassem de nosso rincão?

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e depois do fatídico Holocausto, estavam criadas as condições políticas para a criação do Estado de Israel, sob os auspícios das Nações Unidas. O fato levou a uma reação violenta dos países árabes que não aceitaram a resolução, em consequência do que foi deflagrada a primeira guerra árabe-israelense. Venceram os judeus com o apoio do Ocidente, em resultado do que foram expulsos oitocentos mil palestinos de suas casas e de sua pátria. São os filhos dessa população expurgada que hoje lutam para recuperar as terras de que os seus pais foram espoliados; lutam desigualmente contra forças de ocupação fortemente apoiadas pelos EUA. De uma posição de perseguidos e usurpados, como ocorreu durante dois mil anos, os judeus, principalmente os seus líderes políticos, passaram a perseguidores e usurpadores.

A recente posição manifestada por 27 pilotos de caça israelenses contra ataques a civis palestinos, aos quais se juntam quinhentos militares presos que se negam a combater os seus irmãos árabes, constitui um bom sinal a caminho da tão almejada paz. Ademais,

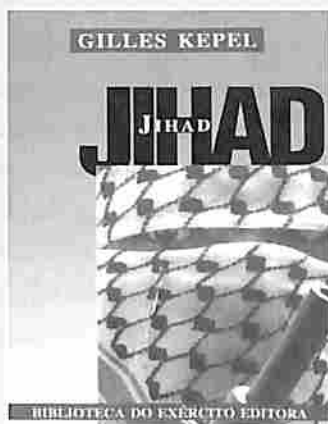
evidencia que nem todos os israelenses estão de acordo com os crimes que os seus líderes perpetraram em nome de uma estratégia que, se não for detida, levará, mais cedo ou mais tarde, a uma nova diáspora.

Os sistemáticos atentados perpetrados por terroristas palestinos contra a população civil israelense semeiam um horror que de modo algum honra a causa da Palestina e

apenas conduz a sacrifícios inúteis. A melhor solução para os dois povos é rejeitarem a política suicida de seus líderes e aceitarem-se mutuamente, buscando alternativas racionais e inteligentes para este conflito que parece não ter mais fim e que produz, como corolário, uma contumaz e incompreensível carnificina e a conseqüente perda de vidas em ambos os lados da contenda. ●

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



JIHAD — Expansão e declínio do Islamismo

Gilles Kepel

O objetivo do autor foi apresentar a história do movimento islâmico, sua organização e principais atividades políticas e militares. Trata-se de um estudo pormenorizado dos últimos quarenta anos da história dos principais países muçulmanos. Gilles Kepel dedica longo capítulo a Osama bin Laden, tornando-o o assunto de maior interesse para o leitor. Os comentários sobre o 11 de setembro são objetivos e realistas, embora com conclusão bastante otimista. A obra é extremamente instrutiva e a leitura, agradável, certamente é um dos melhores livros do gênero e despertará o público militar, em especial, e civil.